

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO/SERVIÇO****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM OS SEGUIMENTOS: BERÇÁRIO, CRECHE E PRÉ-ESCOLAR QUE COMPÕEM O NÚCLEO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, ALÉM DE, EXCEPCIONALMENTE, ABASTECER O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço unitário por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de **MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM OS SEGUIMENTOS: BERÇÁRIO, CRECHE E PRÉ-ESCOLAR** da Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA					
01	479576	BABADOR DE SILICONE: IMPERMEÁVEL COM CATA MIGALHAS LAVÁVEL. MEDIDA APROXIMADA DE 20.5 X 18 CM. ESTILOS VARIADOS. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		UN	1000



02	456454	KIT ALIMENTAÇÃO - PRATO E COLHER: 100% EM POLIPROPILENO, COM ABA, RESISTENTE, CAPACIDADE MÍNIMA 350ML, COLHER COM FORMATO ANATÔMICO. PODE SER LEVADO AO FREEZER, MÁQUINA DE LAVAR E INDICADO PARA AQUECIMENTO, FORMATO REDONDO, COM CORES VARIADAS COM MOTIVOS INFANTIS, LIVRE DE BPA, 100% ATÓXICO. PRATO E COLHER EMBALADOS JUNTOS. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		KIT	1700
03	379706	TRAVESSEIRO INFANTIL: REVESTIDO EM TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER COM APROXIMADAMENTE 45 X 35 CM, COM TRATAMENTO ANTIÁCARO, ANTIMOFO, INODOR, MACIO E LAVÁVEL. COMPOSTO POR ENCHIMENTO DE FIBRA 100% POLIÉSTER . PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	1500
04	467239	TOALHA DE BANHO COM CAPUZ: 85% ALGODÃO, SUPER ABSORVENTE, TECIDO GROSSO SEM FUROS, COM BARRA DE ÉTAMINE, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 70X90CM. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		UN	800
05	466656	TOALHA DE BOCA - KIT COM 3 UNIDADES: MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 X 30 CM, 100% ALGODÃO, COLORIDO NAS CORES AZUL, VERDE E ROSA (TODOS EM TONS BEBÊ). APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		KIT	498
06	477110	TAPETE INTERATIVO INFLÁVEL DE ÁGUA: PARA BEBÊ COLORIDO COM EFEITOS DE ELEMENTOS EM 3D COMPOSIÇÃO/ MATERIAL: PVC RESISTENTE, ANTIALÉRGICO, PODE ENCHER COM ÁGUA MORN DIMENSÕES APROXIMADAS: 66X50X6 APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		UN	120
COTA RESERVADA					
07	467568	BANHEIRA COM TROCADOR: COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, TROCADOR ALMOFADADO COM PROTEÇÃO LATERAL, PORTA TOALHAS, SABONETEIRA, MANGUEIRA PARA ESCOAMENTO DA ÁGUA. OBS: A BANHEIRA PODE SER USADA COM E/OU SEM O SUPORTE. PARA CRIANÇAS DE ATÉ 10KG, COMPORTA ASSENTO REDUTOR PARA RECÉM NASCIDOS. MEDIADAS APROXIMADAS (LXAXP) 79X100X71CM. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	30



09	482636	CADEIRA PARA REFEIÇÃO: CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPORTADO 15KG, COM CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS COM REGULAGEM NA ALTURA DOS OMBROS, BANDEJA REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS, ENCOSTO REGULÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, LAVÁVEL E COM BASE DOBRÁVEL COM FÁCIL MANUSEIO. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADA NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	50
11	615288	CARRINHO DE BEBÊ: SISTEMA FÁCIL E PRÁTICO DE FECHAMENTO COM UMA MÃO, RECLINÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, TECIDO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, BANDEJA FRONTAL COM PORTA COPOS REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS AJUSTÁVEL, CAPOTA RETRÁTIL, CESTO PARA COMPRAS E CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS, CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPORTADO 15KG. ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	41
13	429895	BEBÊ CONFORTO: COM ESTRUTURA RESISTENTE, AJUSTE DE ALÇA E INDICADOR DE INSTALAÇÃO, CAPOTA, RECLINÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, CAPA E ACESSÓRIOS QUE PODEM SER LAVÁVEIS NA MÁQUINA, ACOLCHOADO E CINTO DE SEGURANÇA DE NO MÍNIMO 3 PONTOS. CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPORTADO 15KG. ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	50
15	611649	COLCHÃO DE BERÇO: ESPUMA 100% POLIURETANO, TECIDO 100% POLIESTER BORDADO CONTÍNUO E REVESTIDO COM "COURVIM" NA COR AZUL, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E LAVÁVEL E COM ZÍPER COBERTO; DENSIDADE D20; TRATAMENTO ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO E ANTIFUNGO; COM CERTIFICADO DE QUALIDADE DO INMETRO. COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 1,30 CM, LARGURA 75 CM E ALTURA 12 CM. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	80



17	425400	KIT ENXOVAL INFANTIL: COM NO MÍNIMO 4 PEÇAS MEDIDAS: <ul style="list-style-type: none">• 01 (UM) LENÇOL DE BAIXO COM TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER COM ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA UM ENCAIXE PERFEITO, COM APROXIMADAMENTE 1,55 X 1,00 CM.• 01 (UM) LENÇOL PARA SOBREPOR COM APROXIMADAMENTE 1,55CM X 1,05 CM DE TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER ESTAMPADO.• 01 (UM) FRONHA “TIPO ENVELOPE” COM TECIDO 50% ALGODÃO E 50%POLIÉSTER COM APROXIMADAMENTE 45 X 35CM.• 01 (UM) EDREDOM EM TECIDO 50% ALGODÃO E 50 % POLIÉSTER COM APROXIMADAMENTE 180 FIOS COM ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER. COM APROXIMADAMENTE 150 X 110 CM. MULTI CORES E MOTIVO INFANTIL PARA AMBOS OS SEXOS. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		KIT	425
19	482639	TATAME DE EVA COM APROXIMADAMENTE 4 CM: MEDIDA DE CADA PLACA DE TATAME: 1,00X1,00M² EM CORES VARIADAS, PEÇAS DE ENCAIXE NAS LATERAIS. COLORIDOS. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		UN	240
COTA PRINCIPAL					
08	467568	BANHEIRA COM TROCADOR: COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, TROCADOR ALMOFADADO COM PROTEÇÃO LATERAL, PORTA TOALHAS, SABONETEIRA, MANGUEIRA PARA ESCOAMENTO DA ÁGUA. OBS: A BANHEIRA PODE SER USADA COM E/OU SEM O SUPORTE. PARA CRIANÇAS DE ATÉ 10KG, COMPORTA ASSENTO REDUTOR PARA RECÉM NASCIDOS. MEDIADAS APROXIMADAS (LXAXP) 79X100X71CM. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	90
10	482636	CADEIRA PARA REFEIÇÃO: CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPORTADO 15KG, COM CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS COM REGULAGEM NA ALTURA DOS OMBROS, BANDEJA REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS, ENCOSTO REGULÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, LAVÁVEL E COM BASE DOBRÁVEL COM FÁCIL MANUSEIO. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADA NO INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA		UN	150



12	615288	<p>CARRINHO DE BEBÊ:</p> <p>SISTEMA FÁCIL E PRÁTICO DE FECHAMENTO COM UMA MÃO, RECLINÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, TECIDO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, BANDEJA FRONTAL COM PORTA COPOS REMOVÍVEL, APOIO PARA OS PÉS AJUSTÁVEL, CAPOTA RETRÁTIL, CESTO PARA COMPRAS E CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS, CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPOSTADO 15KG. ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO.</p> <p><i>APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA</i></p>		UN	123
14	429895	<p>BEBÊ CONFORTO:</p> <p>COM ESTRUTURA RESISTENTE, AJUSTE DE ALÇA E INDICADOR DE INSTALAÇÃO, CAPOTA, RECLINÁVEL EM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, CAPA E ACESSÓRIOS QUE PODEM SER LAVÁVEIS NA MÁQUINA, ACOLCHOADO E CINTO DE SEGURANÇA DE NO MÍNIMO 3 PONTOS. CAPACIDADE DE PESO MÍNIMO SUPOSTADO 15KG. ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ORA APROVADOS NA ABNT E DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INMETRO.</p> <p><i>APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA</i></p>		UN	150
16	611649	<p>COLCHÃO DE BERÇO:</p> <p>ESPUMA 100% POLIURETANO, TECIDO 100% POLIESTER BORDADO CONTÍNUO E REVESTIDO COM "COURVIM" NA COR AZUL, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E LAVÁVEL E COM ZÍPER COBERTO; DENSIDADE D20; TRATAMENTO ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO E ANTIFUNGO; COM CERTIFICADO DE QUALIDADE DO INMETRO. COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 1,30 CM, LARGURA 75 CM E ALTURA 12 CM.</p> <p><i>APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA</i></p>		UN	250
18	425400	<p>KIT ENXOVAL INFANTIL: COM NO MÍNIMO 4 PEÇAS</p> <p>MEDIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (UM) LENÇOL DE BAIXO COM TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER COM ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA UM ENCAIXE PERFEITO, COM APROXIMADAMENTE 1,55 X 1,00 CM.• 01 (UM) LENÇOL PARA SOBREPOR COM APROXIMADAMENTE 1,55CM X 1,05 CM DE TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER ESTAMPADO.• 01 (UM) FRONHA "TIPO ENVELOPE" COM TECIDO 50% ALGODÃO E 50%POLIÉSTER COM APROXIMADAMENTE 45 X 35CM.• 01 (UM) EDREDOM EM TECIDO 50% ALGODÃO E 50 % POLIÉSTER COM APROXIMADAMENTE 180 FIOS COM ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER. COM APROXIMADAMENTE 150 X 110 CM. <p>MULTI CORES E MOTIVO INFANTIL PARA AMBOS OS SEXOS.</p> <p><i>APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO</i></p>		KIT	1275

20	482639	TATAME DE EVA COM APROXIMADAMENTE 4 CM: MEDIDA DE CADA PLACA DE TATAME: 1,00X1,00M² EM CORES VARIADAS, PEÇAS DE ENCAIXE NAS LATERAIS. COLORIDOS. APRESENTAR AMOSTRA POR CATÁLOGO		UN	720
----	--------	--	--	----	-----

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, de uso contínuo, conforme justificativa presente nos autos do processo nº. 1852/2024

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10. O fornecimento dos bens é enquadrado como contínuo, tendo em vista que o material em tela será usado diariamente o tempo todo, tendo sua vida útil curta pelo tempo de uso. Uma vez finalizada as entregas de todos os bens solicitados e, mesmo que atendido e solucionado a demanda considerando a vigência da ata, a mesma poderá ser prorrogada;

1.11. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a contratada oferecer material superior na vigência do contrato, que será decorrente de Ata de Registro de Preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do Capítulo V da lei 14.133/2021;

1.12. Trata-se de Serviço/Aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço, através do Sistema de Registro de Preços;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A presente aquisição versa reequipar e modernizar as Unidades Escolares com os seguintes: berçário, creche e pré-escolar, além de abastecer com uma pequena quantidade, para casos excepcionais, o Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação. Trata-se de materiais específicos que darão condições ao nosso alunado de frequentar um ambiente escolar devidamente acolhedor, com materiais que irão proporcionar a manutenção e o desenvolvimento da criança, além de proporcionar mais conforto e segurança, contribuindo assim, para o bom funcionamento e valorização da escola.

2.1.1. Garantir a consolidação da aprendizagem, do conhecimento e da competência das nossas crianças viabilizando e implementando, na integralidade, o acesso a materiais básicos de qualidade para os alunos da Rede Municipal de Ensino, tendo como finalidade a manutenção, o desenvolvimento e a aprendizagem são metas públicas e sociais das políticas de Educação Básica do Município de Nova Friburgo.

2.1.2. Além do mais, o Princípio da Prioridade Absoluta, concretizado no Artigo 227 da Constituição Federal que dispõem:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

2.1.3. Assim, é dever do Poder Público à efetivação da Educação às crianças e adolescentes, observando-se, a todo tempo, o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana de modo a alcançar as condições mínimas para que o acesso à educação seja garantida de forma eficiente e segura.

2.1.4. Cumpre salientar que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu à doutrina da Proteção Integral, devendo ser garantida a prioridade na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Destacamos ainda, que os Artigos 205 e 206, ambos da Constituição da República do Brasil que impõem a garantia do pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de ensino padrão de qualidade.

2.2. Diante da análise desenvolvida no presente instrumento, conclui-se que a solução apresentada mostra-se a mais eficaz em termos de disponibilidade de mercado e economicidade, considerando a forma que a Administração Pública vem realizando contratações nesse viés. É possível verificar a variedade de fornecedores para o fornecimento do objeto estudado, assim como é possível ter uma clara visão do preço de mercado praticado.

2.3. Levam-se em consideração os materiais, a quantidade estimada de alunos que utilizarão esses materiais e o número de vezes que cada material será utilizado diariamente. As Planilhas referenciais do número de alunos utilizadas, extraídas do Cadastro de Matrícula do Sistema de Gestão e-cidade em consonância com Censo Escolar da Educação Básica – Educa-censo, da Educação Infantil dos segmentos: berçário, creche e pré-escolar, em anexo.

2.4. Para justificar a aquisição de itens em forma de kit em uma licitação pública, são apresentados argumentos com base em eficiência administrativa, economia de escala, padronização e otimização dos processos de compra. **A seguir justificativa para os itens que serão adquiridos mediante kit:**

2.4.1. Eficiência e Otimização de Processos: A aquisição de kits facilita o processo de licitação e logística, reduzindo a complexidade de compra e distribuição. Em vez de adquirir os itens individualmente, comprar em kits simplifica a gestão do processo de compra e entrega.

2.4.2. Economia de Escala: A compra em formato de kit geralmente permite uma redução no custo unitário dos itens, já que fornecedores podem oferecer descontos quando produtos são adquiridos em conjunto. Isso resulta em economia para os cofres públicos.

2.4.3. **Padronização: A aquisição de kits assegura que todos os itens sejam compatíveis e de qualidade uniforme. Isso evita disparidade entre diferentes produtos e garante que todos os itens adquiridos atendam ao mesmo padrão de qualidade e desempenho.**

2.4.4. Redução de Custos Logísticos: A entrega de itens em kit pode reduzir os custos logísticos, como transporte e armazenamento, pois os itens já estão agrupados, otimizando o manuseio e a distribuição.

2.4.5. Agilidade na Entrega: A compra de kits reduz o tempo de espera para a entrega dos itens, uma vez que todos os produtos são adquiridos e entregues juntos, garantindo uma maior agilidade na disponibilidade dos itens necessários para o serviço público.

2.4.6. **Simplificação no Controle de Estoque: Adquirir produtos em kits facilita o controle de estoque, já que o gerenciamento é feito sobre conjuntos completos de itens, minimizando a necessidade de acompanhar individualmente o inventário de cada produto.**

2.4.7. Essas justificativas demonstram que a aquisição em formato de kit é uma decisão estratégica que beneficia a administração pública, promovendo eficiência, economia e padronização.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A solução que melhor atende a Administração Pública Municipal que se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares objetivando a aquisição de **MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES COM OS SEGUIMENTOS: BERÇÁRIO, CRECHE E PRÉ-ESCOLAR QUE COMPÕEM O NÚCLEO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, ALÉM DE, EXCEPCIONALMENTE, ABASTECER O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** é através de Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico. Utilizando o critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023;

3.2. Conforme o artigo 3º, incisos I e II deste decreto, justifica-se a utilização do Registro de Preços:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou freqüentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

3.3. Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução e mais viável para o objeto em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A presente aquisição deverá ser atendida com um padrão mínimo de qualidade e durabilidade. Para tal, será indispensável à apresentação das amostras físicas de cada item licitado. Todo material, bem como seus componentes exigidos, deverão ser novos e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Certificado pelo INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade e/ou corrosão, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Sustentabilidade:

4.2.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1.1. Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.2.1.1.2. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.1.1.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), Bisfenol A, éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.1.1.4. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.2.2. Pela presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.3. DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:



4.3.1. Para fabricação e comercialização dos produtos, são impostos alguns requisitos para comprovação, com um padrão mínimo de qualidade, tendo em vista a sua durabilidade, faixa etária e segurança. Diante disso, para assegurar êxito e melhor instruir o processo, a descrição do produto é fundamental no processo de compra, uma vez que apresentam as características básicas do bem que se pretende adquirir, dentro dos padrões mínimos de qualidade desejados e na forma mais vantajosa para a Administração Pública. Para tal, será indispensável à **apresentação das amostras físicas para os itens 02, 03, 04, 05, 06 e 09. Os demais itens a apresentação de amostras será através de catálogo.** Todo material, bem como os componentes exigidos, deverão ser novos, atendendo os padrões mínimos de qualidade e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Certificado pelo INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade e/ou corrosão, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.3.1.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras físicas de cada item ofertado, a fim de garantir sua qualidade;

4.3.1.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.1.3. O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

4.3.1.4. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, endereço e horário de funcionamento neste Termo de Referência, devidamente identificadas contendo as informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e validade, composição, etc.);

4.3.1.5. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pela equipe da Coordenação Infantil da Secretaria Municipal de Educação;

4.3.1.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

I) Tamanho, altura, espessura, durabilidade, resistência, segurança e faixa etária;

II) Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados

pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.3.1.7. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessárias ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.3.1.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência

4.3.1.9. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.3.1.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.3.1.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.1.12. O licitante deverá retirar as referidas amostras, caso não sejam aprovadas, no prazo de 07 (sete) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados e/ou descartados pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.1.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

I) Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

II) Todos os equipamentos, acessórios e materiais necessários para a entrega, montagem e eventual substituição de peças (tais como: logística de entrega, parafusos, peças, silicone, pinos e buchas, caso houver) serão de responsabilidade da contratada; e os preços ofertados deverão englobar todos os custos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega/execução é de até 30 (trinta) dias (úteis), contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Secretaria requisitante: Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação

Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220

Endereço: **Tel:** (22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3 - Subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e de 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira
descarga: (impreterivelmente).

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.8.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.8.1.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.8.1.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

5.8.1.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.8.1.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.8.1.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

5.8.1.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.8.1.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

5.8.1.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.8.1.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 6.9. Serão exigidos as Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- 6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;
- 6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;
- 6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.
- 6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
- 6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;
 - 6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
 - 6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Todos os materiais serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços informado no subitem 5.3 deste Termo de Referência;

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;

Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

FGTS;

PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

a) Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de



negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Adminis-

tração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

- a)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b)** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou



prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.2.9 - fraudar a licitação

10.1.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.3.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.3.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.3.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.3.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.3.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.1.4 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1.4.1 - advertência;

10.1.4.2 - multa;

10.1.4.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.1.4.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.5 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.1.5.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.1.5.2 - as peculiaridades do caso concreto

10.1.5.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.1.5.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.1.6 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.7 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.1.8 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.1.9 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.1.10 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.1.11 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.1.12 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.13 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.14 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.1.15 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.1.16 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.1.17 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.1.18 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.1.19 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Educação	22003.1236500672.165 22004.1236500762.182	150010010000 155000000000	339030-44

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 23 de agosto de 2024.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Bianca Boechat Moreira Machado Matrícula nº. 105.907	<hr/> Fabiane Cardoso Molino de Oliveira Matrícula nº. 105.897

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matrícula nº. 990.953